

O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM OURO PRETO

Leandro Benedini Brusadin¹
Rafael Henrique T. da Silva²

Recebido em 07/03/2011
Aprovado em 28/07/2011

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor efetivo do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. leandro@turismo.ufop.br

² Bacharel em Turismo pela UFOP. rafahts@hotmail.com

RESUMO:

O turismo se utiliza do patrimônio de varias formas, causando inevitavelmente impactos diversos no local receptor. As cidades consideradas patrimônio histórico e artístico nacional e da humanidade pela UNESCO foram construídas em diferentes tempos históricos cujas necessidades humanas eram bem diferentes. Nessa conjuntura, torna-se necessário um esforço no âmbito de compreender as diferentes formas de uso de um espaço no passado e sua apropriação contemporânea pelo turismo. É imprescindível traçar a melhor forma de adaptar esses locais para o cotidiano da comunidade, levando em consideração os elementos que estão situados nestes locais e suas especificidades. Nesta pesquisa, focalizada em Ouro Preto – MG, destacam-se os meios de hospedagem por estarem localizados no centro histórico e também por se encontrarem no contexto turístico da localidade, facilitando a troca cultural com a comunidade local. Desse modo, podem ser discutidos aqui os diferentes usos da rede hoteleira em Ouro Preto e sua interlocução com o patrimônio cultural. A partir desta premissa, transpõe-se um novo conceito denominado “hotel-patrimônio” vinculando a questão do patrimônio cultural à gestão hoteleira.

PALAVRAS - CHAVE:

Patrimônio cultural. Turismo cultural. Meios de hospedagem. Ouro Preto.

1. INTRODUÇÃO

As articulações entre o patrimônio cultural e os meios de hospedagem envolvem fatores relacionados à memória e à identidade de um povo. Correlacionando ambos os fatores à cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, é possível perceber a importância dessa questão de uma forma interdisciplinar a fim de dimensionar as relações existentes entre o Turismo e a História.

Margarita Barretto (2000) situa a cidade de Ouro Preto como patrimônio histórico e artístico nacional e da humanidade, sendo um conjunto formado por inúmeros monumentos, tais como: museus, chafarizes, bens imóveis e, principalmente, esculturas e artifícios religiosos representando as tradições brasileiras da época colonial e do apogeu do ouro no Brasil. Devido a esses fatores o

turismo se articulou na cidade havendo troca de experiências sociais de todos envolvidos com o turismo.

A hotelaria entra no turismo como uma das partes mais importantes. Para representar essa importância, de acordo com Martineli (2001, p. 147), Herculano de A. Iglesias, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) declarou que: “A hotelaria representa a espinha dorsal da indústria do turismo, sendo também uma significativa atividade empregadora com cerca de 550 mil empregos diretos”.

Assim, ao final das reflexões deste artigo, pode ser possivelmente proposto o conceito de “hotel-patrimônio”, que além dos preceitos da aprimoração do atendimento e da qualidade que estão intrínsecas nos hotéis, e de um número considerável de atrativos para que o cliente se sinta o mais confortável possível, levaria ainda algo a mais, um charme que seria o destaque do hotel e as necessidades inerentes a gestão legal do patrimônio. No entanto, o “charme” seria apenas para a fruição dos hóspedes, sendo que no contexto da discussão do patrimônio, envolve fatores complexos, tais como, a materialidade e a imaterialidade dos elementos culturais, fatores identitários e políticas de preservação. Defende-se, neste trabalho, que estes fatores devem ser trabalhados em sintonia com o uso comercial do “hotel-patrimônio”.

Diante dos fatores expostos sobre o assunto, será debatido o uso turístico do patrimônio cultural na cidade de Ouro Preto, remetendo às raízes do turismo na cidade e como este se desenvolveu ao longo dos últimos anos. Subseqüentemente, foi realizado um estudo no Hotel Solar do Rosário para que fossem constatadas algumas diferenças na forma de abordagem do patrimônio e na conscientização sobre sua venda e consumo. Por fim, destaca-se a quantidade de bibliografias nacionais insuficientes quanto à relação entre o patrimônio cultural e os meios de hospedagem, nas quais se limitam em ora questionar a semântica do patrimônio, ora repassar padrões de atendimento na hotelaria. Assim sendo, optou-se por algumas literaturas estrangeiras que discutem o turismo cultural em seu sentido mais amplo.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS

Para melhor compreender o conceito de patrimônio é necessário, primeiramente, explicitar quais são as suas origens e traçar as principais considerações acerca do tema. Para isso, acreditou-se por necessária uma análise histórica do modo que começou a ser aplicado o conceito de patrimônio e a forma que este evoluiu. Partiremos deste pressuposto para tentar interpretar posteriormente o conceito de patrimônio na contemporaneidade.

2.1. Evolução do Conceito do Patrimônio

O tema patrimônio histórico vem, cada dia mais, aumentando sua abrangência, atraindo o interesse e intrigando diversas pessoas que viajam pelo mundo para presenciar a herança de outros povos. Para entender porque isso vem acontecendo é imprescindível tratar, inicialmente, de como surgiu o interesse por outras culturas e suas formas de expressão. Por ser um assunto muito extenso, daremos enfoque ao patrimônio edificado de forma a trazer uma melhor compreensão sobre o patrimônio histórico e sua relação com o turismo para, posteriormente, fazer uma relação com a cidade de Ouro Preto.

Primitivamente a palavra patrimônio sempre esteve relacionada com estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade que se situa em certo tempo e espaço. Desse modo, seu entendimento pode mudar de acordo com as variáveis de cada sociedade e dos acontecimentos nela existentes, isto fez com que ela se tornasse uma palavra “nômade” qualificada com vários adjetivos que mudam de acordo com essas variáveis (CHOAY, 2001).

É interessante ressaltar a forma como se da à criação dos patrimônios nacionais segundo Barretto (2000), que diz:

A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitavam o mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política (Barretto, 2000, p. 16).

O conceito de patrimônio está intimamente ligado com o conceito de monumento histórico, devido ao fato de ambos remeterem ao passado de um povo e terem por finalidade reviver esse passado, de modo a sensibilizar e criar uma relação intrínseca entre memória e saber. O monumento histórico é uma invenção do Ocidente cujo conceito foi exportado e se difundiu fora da Europa a partir da segunda metade do Século XIX. O conceito de monumento, da forma como conhecemos, começa a surgir por volta de 1420, na Itália, muito embora antes do surgimento desse conceito já existisse a preocupação do homem com a arquitetura e as belas-artes.

Ao relacionar a contemplação do patrimônio ao ato de viajar, Marly Rodrigues (2006, p. 15) ressalta que “O habito de viajar é antigo. No século XVII, as boas famílias mandavam seus filhos completarem a educação com viagens nas quais aprendiam línguas e costumes de outros povos,

compravam obras de arte e visitavam os monumentos na antiguidade, como o fórum em Roma”, demonstrando que as atitudes de Roma perante os monumentos e sua valorização já eram reconhecidas no restante da Europa.

É na Revolução Francesa que a conservação dos monumentos históricos tem seu princípio. Inicialmente é apresentado por Aubin-Louis Millin na Assembléia Nacional Constituinte, o termo “monumento histórico”, que visava salvar através de imagens os objetos condenados a destruição. Por meio dessas discussões, se chegou a dois processos, o primeiro consiste na transferência dos bens do clero e da coroa para a União, o que já é um grande passo na questão da democratização dos bens de uma nação, e o segundo no extermínio ideológico que afetou muitos monumentos, os quais representavam, para os membros dos comitês revolucionários, pensamentos contrários aos da revolução. O principal intuito de passar os bens do clero e da coroa para o povo era transformar esses bens em significados históricos e afetivos para o povo, além do patrimônio induzir a homogeneização do sentido de valores. Desses valores, tem-se como principal o valor nacional, e é a partir dele que o Comitê de Instrução Pública se baseou para a conservação dos monumentos, principalmente por ele ter uma relação íntima e legitimar os valores econômicos, cognitivos e artísticos (CHOAY, 2001).

Para reafirmar esse período de transição que ocorria na França, constata-se ainda que na época do iluminismo, segundo Habermas (1983 Apud CASTRITOTA, 2009) houve uma quebra de autoridade dos modelos do passado, em busca de um progresso infinito e do avanço em direção do aperfeiçoamento. No entanto, essa quebra tinha o intuito de através de uma reflexão da história, fazer com que se encontrasse o caminho próprio a ser seguido, ou seja, o passado não seria totalmente esquecido ou aniquilado como chegou a acontecer durante alguns anos, mais seria uma memória para lembrar e para que se pudesse evoluir de acordo com as experiências previas.

Segundo Castriota (2009), é nessa época que toda a tradição passa por um processo de “dessacralização”, o que, coincide com um pensamento racional sobre a história que se dá por meio dos monumentos históricos. A partir desse momento eles começam a ser vistos como um objeto de saber, assim, devendo ser estudado e ter o seu valor reconhecido.

Para que houvesse um processo de gestão mais eficiente desses bens tomados, foi necessário um método de inventariar essa herança, assim foi criada uma comissão dos “Monumentos”, que dividiu os bens em dois grupos, os moveis e os imóveis. Os bens móveis, no geral, seriam transferidos para locais abertos ao público, com o intuito de ensinar o civismo, a história e a arte da nação, além de preservar a harmonia e melhorar o bem estar de todos, é a partir daí que surge o conceito de museu. Já os bens imóveis, tais como conventos, igrejas, castelos, residências, dentre outros, seriam transformados em locais para novos usos, o que era uma tarefa muito complicada

devido à grande falta de recursos financeiros e infra-estrutura, bem como pelo motivo de a maioria desses monumentos já estarem ocupados ou então encontrarem-se em estado deplorável de conservação. Dessa forma, essa violência voltada á esses bens teve seu fim, uma vez que percebeu-se que o rompimento com o passado não significa abolir sua memória e destruir seus monumentos, pois para Choay (2001) uma sociedade não pode preservar e cultivar sua identidade senão pela sua própria memória.

A consagração do monumento só se realiza com a Revolução Industrial, pois há o rompimento com a política da Revolução Francesa e uma quebra na hierarquia de valores atribuídos aos monumentos. Entre as principais mudanças que ocorreram, podemos citar o aceleração no processo de criação das leis que visavam proteger o patrimônio e a transformação da restauração em uma disciplina com um maior embasamento.

Baseado no novo conceito de monumento, que os pensadores românticos começam a construir um novo corpo do saber. Entre os que contribuíram para a construção de novos conceitos, onde a arte é cultuada, papel antagônico ao que lhe era dado pelos eruditos. Dentre os principais podemos citar: Riegl, Victor Hugo, Ruskin, Balzac, Mérimée, Viollet-le-Duc, entre outros que se destacaram, mesmo com opiniões divergentes com relação à forma de preservação dos monumentos. Nesse contexto da preservação do patrimônio com as idéias do romantismo, surgem alguns obstáculos na Europa, dos quais podemos citar a ignorância dos arquitetos com relação às construções medievais e o antagonismo que se dá entre a capital e o resto do país. A partir desses obstáculos vão surgir basicamente duas doutrinas preservacionistas: uma, intervencionista, e outra anti intervencionista, essa última mais precisamente na Inglaterra (CHOAY, 2001).

De um lado se colocam Ruskin (1861) e Morris (1878), que prezam pelas marcas que o tempo imprime nos monumentos dando a eles um caráter único, assim como, toda obra que pertence ao passado, sendo que dessa forma os prédios devem ser mantidos da forma como se encontram por pertencerem a quem os construiu e pelas gerações que ainda estão por vir. Por outro lado, Viollet-le-Duc (1854-1868) acredita que a restauração é o estado completo do monumento, o qual pode nunca ter existido da maneira como após a restauração. Desse modo, as restaurações na França, davam-se de modo arbitrário acrescentando partes inexistentes e excluindo partes essenciais dos monumentos, baseados no pensamento de que o monumento para ser histórico tinha que estar inserido tanto no presente quanto no passado (CHOAY, 2001).

Hoje em dia, parece ter ocorrido uma junção dessas duas teorias, para que pudesse chegar a um equilíbrio entre a preservação do patrimônio e a sua restauração. Para que isso de fato ocorra, nos dias atuais no Brasil, os órgãos competentes pregam que a preservação dos sítios deve estar apoiada no planejamento e gestão urbanas onde são elaborados planos de preservação, e desse

modo envolver toda a sociedade, governos municipais, estaduais e federais na identificação, registro e recuperação do patrimônio¹.

Posteriormente a Viollet-le-Duc, Camilo Boito (1888) surge para questionar as idéias defendidas por ele principalmente devido aos avanços tecnológicos e arqueológicos. Ao falar sobre preservação ele passa a idéia de que os acréscimos ocorridos nos edifícios durante os anos também fazem parte da história a ser preservada, e que a restauração só deve ser executada quando todas as outras formas de manutenção não tiverem mais efeito. Tentando abordar o assunto de várias perspectivas, Riegl trata tanto do fator histórico quanto do fator interpretativo. Para isso ele distingue o monumento do monumento histórico, dividindo-os em categorias de valores, que diz respeito ao monumento e as marcas que o tempo deixou, sendo assim facilmente apropriado pelas massas, excluindo o valor de novidade e pondo em risco os valores de uso e histórico (CHOAY, 2001).

Após vários anos começa a surgir o conceito de patrimônio urbano histórico, devido principalmente as grandes dificuldades apresentadas na época em que surgia o conceito de urbanização. Surgem assim três linhas de pensamentos. A primeira é a Figura memorial, esta se relaciona com a teoria de Ruskin que se coloca contra qualquer tipo de intervenção, diz ainda que a cidade desempenha papel memorial de monumento. Já a figura histórica, se coloca totalmente contrária aos pensamentos de Ruskin, considerando a cidade antiga como obsoleta e com pouca funcionalidade, mas que ainda tem grande relevância histórica. Há também o pensamento de que a cidade antiga passa a ter menos relevância como cidade urbana e mais importância como função museal, ou seja, a cidade é vista como obra de arte que não deve ser colocada em uma redoma de vidro. Ocorre então, uma junção sintética e superação desses dois pensamentos, resultando na figura historial, seu precursor Giovannoni que atribui um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos é ainda o primeiro a citar o termo “patrimônio urbano” e ainda a integrá-la em uma doutrina sofisticada da conservação desse patrimônio que mesmo sendo um organismo vivo constitui em si um monumento (CHOAY, 2001).

É apenas na década de 1920 que o Brasil começa a voltar suas atenções para o patrimônio nacional, algo que já vinha sendo estudado há séculos na Europa. Devido principalmente a alguns intelectuais modernistas que viam primordialmente nas cidades de Minas Gerais a identidade da nação, e a partir daí começaram a articular junto com o Estado a temática de preservação do patrimônio.

¹ www.iphan.gov.br

Em Ouro Preto, a ligação da identidade com o patrimônio tombado se dá, segundo Banducci & Barretto (2001), a partir de 1933, quando a cidade é colocada sob a guarda do recém criado SPHAN. Devido, sobretudo, a mudança da capital para Belo Horizonte a cidade ficou por muito tempo estagnada, e o tombamento foi uma forma dos moradores recriarem simbolicamente a cidade e devolver os prestígio que ela merece, devido sua enorme importância no contexto nacional e de criação da identidade brasileira.

Como pode ser visto em Lia Motta (1987 Apud CASTRIOTA 2009, Pág. 74), a respeito de Ouro Preto após o tombamento: “Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer o motivo de referência”.

Ao buscar uma relação entre patrimônio e turismo, Choay (2001), diz ainda que o turismo cultural é a forma mais intensa do contato do povo com os monumentos históricos e com a democratização do saber, idéia que, vinha desde o tempo da Revolução Francesa. No entanto, o ideário revolucionário não é seguido à risca devido aos interesses econômicos que interferem de modo negativo no turismo cultural, por este motivo, esse tipo de turismo logo se torna massificado e uma indústria que tem como finalidade apenas o consumo e não o aprendizado idealizado.

Pode-se considerar que a evolução do conceito de patrimônio cultural se deu conforme os interesses de cada sociedade e seu tempo, articulando entre o patrimônio de uma elite ou de um Estado, atingindo no presente momento um patrimônio que deve pertencer a todos e não representante de uma minoria. No entanto, quais as formas que este patrimônio é delimitado na sociedade contemporânea? Isso é o que discutiremos a seguir.

2.2. Delimitações do Patrimônio Cultural: Material e Imaterial?

É de extrema dificuldade, e até mesmo questionado por muitos autores contemporâneos, definir as delimitações existentes na sociedade contemporânea a respeito do patrimônio e suas respectivas divisões. O conceito de patrimônio cultural envolve em grande escala o feito humano atrelado a um contexto, ou seja, todo espaço ocupado pelo homem leva ele a deixar impressões como resultado de suas ações, sendo que, essas impressões podem ser no nível material ou simbólico, que representam a interferência humana no ambiente, todas essas ações são consideradas cultura, e por sua vez patrimônio cultural.

Analisando o conceito sobre patrimônio e o relacionando com as localidades onde ocorrem as trocas de experiências por meio do turismo, pode-se dizer que elas são mais que espaço físico; é onde natureza, construção material, símbolos, significados e representações se constroem em

diversidade e em harmonia. Separar, portanto, patrimônio “material” e “imaterial” é ficar desatento a essa compreensão histórica do espaço urbano.

Já em uma esfera fracionada do patrimônio, mesmo que, como foi visto toda ação do homem é considerado patrimônio, seja ela tangível ou intangível, daremos ênfase aqui ao chamado “patrimônio material”. Conforme a definição do Iphan e com base na legislação, patrimônio material é o conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Partindo da idéia e concepção da existência do patrimônio material, constituiu-se outra conotação, o patrimônio imaterial. A UNESCO define patrimônio cultural imaterial como: “As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”².

Ainda, de acordo com a UNESCO(2010):

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Desse modo, na preservação desse tipo de bem cultural, é importante cuidar dos processos, práticas, saberes e conhecimentos das pessoas. Como exemplos, podemos citar: as maneiras de caçar, pescar plantar, cultivar, colher, construir moradias, as danças, os modos de vestir e falar, as festas religiosas, as relações sociais e familiares, e todos os aspectos da cultura habitual de uma comunidade.

Para que ocorra de fato a valorização e a preservação cultura, se fazem necessárias alguns ajustes conexos com a atual realidade da sociedade e os avanços tecnológicos que possibilitam um maior acesso às localidades. O turismo se enquadra nessa amplitude, pois a atividade atua potencializando relações interpessoais entre culturas diferentes, que serão discutidos a seguir.

² Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>

3. TURISMO CULTURAL E SEUS IMPACTOS NO PATRIMÔNIO.

Primeiramente, antes que possa ser dito qualquer coisa sobre turismo cultural é imprescindível que seja citado o conceito de cultura para um melhor entendimento sobre o tema. Segundo Meneses (2006), o termo cultura foi basicamente uma junção da idéia de *civilization* e de *civilisacion*, de ingleses e franceses, incorporando a idéia alemã de *Kultur* dando novo sentido a esse conceito. É, portanto, na junção da concepção de tudo o que a Europa tinha ensinado ao mundo e que deveria ser motivo de orgulho nacional, somado com toda a construção coletiva e diversa que cada povo edifica na sua vivencia particular com o fim de alcançar o progresso pessoal rumo à perfeição espiritual, que se chegou à conclusão que cultura é tudo o que se constrói na vivencia coletiva, sendo fruto de disseminação de culturas distintas e de criações para problemas cotidianos.

Com o intuito de definir de uma melhor forma o termo, Edward B. Tylor afirma que cultura é “esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA 1999, apud BARRETO 2007, p. 16). Porém, Tylor acreditava que a cultura estava relacionada com uma questão de evolução, e que por isso algumas civilizações seriam superiores a outras e existiria um estagio ideal que todas poderiam alcançar por isso sua teoria é bastante questionada e contestada de certa forma.

Já no âmbito do turismo, pode-se dizer que ele é dividido em basicamente duas partes, sendo elas, o turismo motivado pela busca de atrativos naturais e o turismo motivado pela busca de atrativos culturais (BARRETO, 2000). O turismo cultural dentro do fenômeno turístico é indiscutivelmente o mais antigo, pois como já foi visto, ocorria desde a época dos “Grand - Tours”.

De uma forma simplista, entende-se o turismo cultural como todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana, tendo como exemplos a história, o cotidiano, o artesanato, etc. Já a OMT define que o turismo cultural como a procura por estudos, cultura, artes cênicas, monumentos, sítios históricos, manifestações folclóricas ou peregrinações (BARRETO 2000, Pág. 20).

3.1. Formas de Gestão no Patrimônio Cultural nas Cidades: Preservação e Conservação.

Um dos grandes paradoxos do turismo cultural é a dificuldade encontrada na gestão do patrimônio cultural, devido principalmente aos conflitos existentes entre os interesses da comunidade local e dos turistas. Logo, para que haja a manutenção da identidade da cultura local é

inquestionável que tem de se definir um ponto de equilíbrio do uso turístico para que, assim, se torne possível aproveitar as representações do passado sem deteriorar a memória das comunidades receptoras.

Nesse sentido, um grande questionamento que surge é com relação à proteção do patrimônio histórico, já que, não é uma tarefa fácil definir quando se faz necessário o tombamento para a proteção do patrimônio, e quando o tombamento se torna um empecilho para a preservação de edificações. O tombamento, que é o meio utilizado para a preservação do patrimônio, consiste basicamente em um conjunto de ações realizadas pelo poder público que visa proteger bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo que sejam feitas quaisquer modificações ou descaracterizações. O tombamento é uma imposição legal para a preservação, porém discutisse muito se em todos os casos ela se faz realmente necessária, já que em alguns casos, principalmente envolvendo propriedades privadas, há uma colisão com os interesses da área imobiliária, devido à grande perda do potencial comercialização do terreno, que pode acarretar na não preservação do edifício. Como exemplo, Barreto (2000, p. 14) cita os casarões que foram tombados na Avenida Paulista na cidade de São Paulo, onde após o tombamento os proprietários perderam o interesse nos edifícios ao alegar que, desde que, o poder público tombou o edifício deveria fazer a manutenção dos mesmos, acarretando no abandono dos imóveis.

No campo da preservação e gestão do patrimônio pode ser dito ainda, que os fatores motivadores do resguardo do patrimônio devem estar sempre ligados à ordem social e não necessariamente ao turismo. Para que se alcance o uso consciente de localidades dotadas de um patrimônio rico, é inevitável que haja uma ligação entre preservação e uso com parcimônia.

Essa discussão levou a surgirem duas propostas de preservação e conservação do patrimônio, que tiveram suas raízes na Europa. A primeira, que vem de países como Itália, Portugal e Espanha, onde a idéia de patrimônio assume uma carga de materialidade, onde, o Estado assume o papel de tutelar do legado histórico, e a gestão de bens culturais se dá por meio da catalogação, proteção, restauração e conservação. Já em países como a França e Inglaterra, o Estado também se responsabiliza pela tutela do legado histórico, porém, ele se prende menos com a questão material e está mais ligado com o valor simbólico, sendo relacionado assim, com o cotidiano e o significado da história do país para o seu povo. Paralelamente, o Estado nessas localidades, visa à sustentabilidade econômica do patrimônio por meio de sua comercialização, sendo que, a identidade local não é deixada de lado em nenhum momento, ela é exposta para que todos possam usufruir da mesma. A segunda proposta tem sido predominante na maioria dos países, exceto algumas exceções, pois ela se preocupa mais em guardar a memória e menos com a materialidade dela, principalmente nos casos de restauração. (MENESES, 2006)

Foi no sentido de resguardar lugares históricos e a sua garantir sua revitalização, que em 1949 nos Estados Unidos, foi fundado o *National Trust for Historic Preservation*. Essa é uma organização privada e sem fins lucrativos, que usa de seus recursos para frear a devastação que estava ocorrendo com a demolição de prédios e bairros históricos. Por meios de atividades e programas essa fundação visa dar suporte a preservação de localidades e fazer das mesmas auto-sustentáveis, e pode servir de modelos para muitas localidades brasileiras.

Dentre as medidas de conservação, destacam-se ainda, as políticas para centros e bairros antigos, onde são realizadas revitalizações e intervenções que muitas vezes se desvirtuam de sua idéia principal, de revitalização e devolução a comunidade local, e possuem a tendência em se tornar *city marketing* (PELLEGRINI FILHO 1993). Pode-se dizer ainda que as práticas de intervenção urbana tendam a “embelezar” as cidades históricas por meio de políticas de *gentrification* do patrimônio cultural, cujo resultado mais visível é a alteração da paisagem urbana, a degradação de sítios históricos e a transformação em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural (LEITE, 2007).

Um grande exemplo de revitalização no Brasil é o Pelourinho em Salvador (BA), onde aproximadamente 1.000 imóveis do século XVII e XVIII que estavam se deteriorando foram revitalizados com verbas do governo federal e da iniciativa privada. Sobre esse caso José N. de Meneses esclarece que:

A preservação do “centro histórico” daquela cidade, iniciada na década de 1990, recuperou boa parte da arquitetura e do espaço urbano degradado. O processo de recuperação, planejado e financiado pelo setor público (governos em nível federal, estadual e municipal), se deu à revelia da população local, que foi duplamente excluída: não participou do processo de interpretação patrimonial e, assim, não construiu estratégias preservacionistas em conjunto com os órgãos públicos e os técnicos, além de, em segunda instância, ter sido impedida de retornar ao espaço que habitava. O projeto foi “saneador”, visando excluir a pobreza que ocupava o lugar. (2006, p. 51)

Como foi visto, há varias formas de preservar e conservar o patrimônio, porém, como seria possível conservar essas edificações sem que uma regulamentação seja imposta? O que, não se pode deixar de levar em conta é o valor histórico de um edifício ou conjunto, sua linearidade temporal e o quadro de referências que dá o significado histórico ao monumento e o seu entendimento pelas pessoas que vivem e visitam o local.

3.2. O Uso Turístico do Patrimônio Cultural: Mercantilização da Cultura e Memória Coletiva

É a partir da discussão sobre preservação e conservação do patrimônio que nos defrontamos com outro tema dentro do patrimônio e do turismo, e que vem gerando inúmeras discussões. A relação dicotômica existente entre a memória coletiva e a sua mercantilização, que vem ocorrendo no mundo contemporâneo, se deve muito à chamada indústria do turismo, que transformando certas localidades em produtos de consumo massificado causam dificuldades de interpretação do patrimônio pelo visitante e a exclusão de grande parcela da população local do trade turístico.

O uso turístico do patrimônio histórico gera muitas vezes a sua manutenção, que tem o sentido amplo de conservar a memória e a identidade de um povo. Segundo Le Goff (1990, p. 476): “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. É a continuidade com o passado que permite traçar uma linha na qual o presente se encaixe, permitindo que cada povo saiba quem é e da onde veio. É nesse sentido, que o turismo tem contribuído de alguma forma, mesmo que imperfeitamente, para a preservação e recuperação de identidades locais, além do que, mesmo em lugares em que a reconstituição do passado esteja sendo feita de forma equivocada, não possa haver melhorias na autenticidade e criticidade. A recriação de espaços revitalizados, se bem realizada e feita com base na memória coletiva, estimula o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura.

Em uma vertente mais radical sobre o assunto, afirma-se que a mercadoria-paisagem é socialmente produzida como matéria-prima do turismo, sendo que este se aproveita das construções históricas e das manifestações culturais para obter lucro. Diz ainda, que o chamado “resgate histórico do passado” que ocorre em muitas comunidades é apenas mais uma forma de inserir-se no rol das atrações turísticas, fazendo com que hábitos e costumes sejam artificialmente mantidos como forma de demonstrarem sua identidade local que se metamorfosearam em mercadorias simplesmente por serem objetos passíveis de serem consumidos. Mostram ainda como o turismo age de forma a desestruturar ou até mesmo destruir, em alguns casos, completamente os modos de vida e o patrimônio edificado das localidades. (OURIQUES 2005)

Para que os bens patrimoniais viessem a ter valor econômico se tornando em instrumentos de progresso, que foi realizada em 1967, a Reunião Sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico, onde foram definidas as Normas de Quito. Esse documento afirma que o turismo não compromete o patrimônio, mas que, na verdade contribui para afirmar a consciência de sua importância e significado. Este documento relembra que o patrimônio deve remeter sempre ao interesse social e a ação cívica de uma comunidade, mesmo que entre em

conflito com interesses privados, e ainda, faz algumas recomendações, como a sugestão a OEA (Organização dos Estados Americanos) que estenda a cooperação interamericana à conservação e utilização dos monumentos, e ainda responsabiliza os Governos de cada país a adotar medidas que tornem possíveis a formulação e execução de projetos específicos de valorização. Com relação à mercantilização das localidades diz que:

A Europa deve ao turismo, direta ou indiretamente, salvaguarda de uma grande parte de seu patrimônio cultural, condenado à completa e irremediável destruição, e a sensibilidade contemporânea, mais visual que literária, tem oportunidade de se enriquecer com a contemplação de novos exemplos da civilização ocidental, resgatados tecnicamente graças ao poderoso estímulo turístico. Normas de Quito, 1967³.

É nesse sentido ainda que Linda K. Richter (2002) diz que o turismo histórico aponta para o âmago daquilo que constitui nossa memória política coletiva e nossa identidade nacional. Porém, a mesma autora aponta um fator que contribuiu para tornar o turismo mais empresarial está relacionado com a diminuição da esfera pública e o aumento da privatização de bens e serviços. Ela sugere que o turismo tenha seguido uma tendência mundial, tornando-se empresarial e orientado ao entretenimento, num esforço de competir com parques temáticos e, ainda, numa tentativa de se tornar mais educativo.

Nesse rumo, as políticas culturais oficiais serão sempre insatisfatórias se considerarem apenas aqueles domínios restritamente definidos como “culturais”, ainda que o apresentem variados e multiformes. É significativo que já estejamos sensíveis para o valor econômico do bem cultural e, todavia, muito pouco para o valor cultural do bem econômico e não busquemos a dimensão cultural das políticas de habitação, saúde, transporte e assim por diante (MENESES, 1992, p. 192).

Embora todos os entraves mencionados a respeito da transformação do patrimônio cultural em um bem de consumo, é fato que esse processo, mesmo que demande um planejamento prévio estratégico para que seja cumprido o processo de conciliação do turismo com o legado cultural de uma forma íntegra, é uma opção melhor do que o esquecimento da história ou a marginalização de bairros e comunidades inteiras ou a derrubada de prédios causada pela especulação imobiliária.

³ Disponível em:

<http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/npu/npu_patrimonio/legislacao/internacional/patr_cultural/normas/quito_1967.pdf>

4. O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM OURO PRETO - MG

Como já dito, a cidade de Ouro Preto é patrimônio histórico e artístico protegido pela UNESCO. O acervo patrimonial da cidade é formado por monumentos, chafarizes, pontes, museus, além de esculturas e ornamentos religiosos, que constituem grande parte da memória e da cultura local, que representam um importante papel na história e tradição brasileira. Tamanha a conotação da cidade no contexto nacional, que Getulio Vargas (1938 apud Tânia Lopes, 2001, p. 68) afirmou: “Meca da tradição nacional, a cidade para a qual devemos voltar nossos olhos, porque representa as páginas vivas de nossa história, no fulgor do seu passado e das suas glórias imorredouras”.

O turismo cultural é introduzido como uma realidade para a população de Ouro Preto na década de 1960, atraídos principalmente pelo valor histórico e o conjunto barroco, turistas começam a frequentar a cidade. O Festival de Inverno começou a ser realizado na década de 1960 até o ano de 1979 e retomado na década de 1990, atraindo inúmeros turistas, assim como outros eventos sazonais, entre eles, o Carnaval, a Festa do Doze e a Semana Santa.

O usufruto do turismo cria impactos na vida cotidiana da cidade, dentre os vários, podemos citar como um dos principais, a mudança da finalidade e redefinição do uso de algumas áreas do centro histórico. Habitações são transformadas em hotéis e estabelecimentos comerciais alterando profundamente as características tanto da cidade quanto dos costumes da população. É sobre essa relação da população com o turismo e sua cultura que Castriota (2009, p. 147) diz: “... se por um lado, lucra com o fluxo de visitantes, por outro, condena o uso transgressor que aquele público faz dos seus lugares tradicionais”.

Nesse sentido, abordamos os meios de hospedagem no território do patrimônio cultural, e a relação existente entre eles. Pode ser discutido o contexto da hotelaria da em Ouro Preto e como esta se desenvolveu ao longo dos anos.

4.1 Os Meios de Hospedagem no Território do Patrimônio Cultural

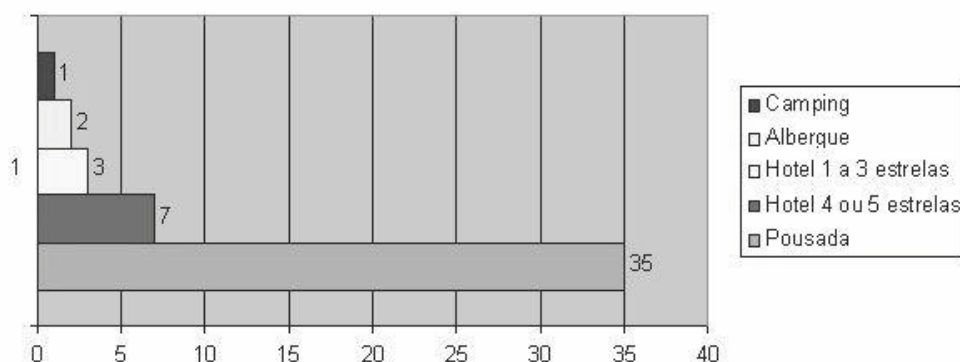
Os meios de hospedagem têm uma relevância na oferta de um lugar como produto turístico. Nos dias atuais é necessário atender desde os consumidores menos exigentes até os mais refinados, dando uma maior abrangência tanto no preço quanto nas possibilidades de consumo, mesmo em cidades consideradas históricas. A hotelaria, considerada por muitos como a espinha dorsal do turismo, viabiliza a permanência do turista no local, constituindo um dos principais equipamentos de apoio na atividade turística, além de ser, em muitos casos, fator determinante na escolha de um destino. É nessa discussão que os meios de hospedagem se encaixam, pois eles estão subordinados

aos interesses do mercado, respondendo a uma lógica de organização espacial externa ao local, deixando de lado na maioria das vezes a ordenação do território e a dinâmica material e social singulares a cada localidade.

É com o propósito de tentar ordenar de uma forma mais organizada o uso turístico de edificações históricas, especificamente as que são transformadas em pousadas, que está sendo desenvolvido no Brasil o Circuito de Pousadas Históricas. Esse projeto está sendo implantado pelo Programa Monumenta, programa do Ministério da Cultura com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e tem como objetivos preservar o patrimônio histórico e artístico urbano, aumentar a consciência da população acerca da importância do patrimônio e estimular a utilização econômica. A finalidade do projeto é preservar e conservar os monumentos nacionais conferindo-lhes um novo uso, ou seja, restaurar os edifícios e equipá-los com modernas técnicas de hotelaria, criando assim, uma cadeia de pousadas instaladas em monumentos nacionais, tornando-se um produto diferenciado e garantindo a preservação das edificações.

Considerando a cidade de Ouro Preto como objeto de análise, como já foi citado anteriormente, o turismo começou a se intensificar na cidade a partir da década de 1970. É nesse contexto que começam a surgir os primeiros meios de hospedagem na cidade, e desde seu princípio, devido às dificuldades de modernizações impostas pelas políticas patrimoniais, visam compensar a falta de sofisticação das instalações com a melhoria do serviço oferecido. Desse modo, os meios de hospedagem possuem particularidades registradas por meio dos dados a seguir. Como é constatado no Gráfico 01, são predominantes na cidade as pousadas, por se adaptar mais facilmente com a realidade arquitetônica do centro histórico. Destaca-se que as mesmas possuem estruturas administrativas familiares.

Gráfico 01: Distribuição dos meios de hospedagem de Ouro Preto de acordo com a tipologia.



É fato que muitos proprietários de meios de hospedagem localizados no centro histórico do município de Ouro Preto desconhecem da legislação referentes à conservação e restauração dos estabelecimentos. Além disso, outro denominador que dificulta a operacionalização dos meios de hospedagem é a ausência de uma gerencia capacitada e de pessoas qualificadas para trabalhar no setor hoteleiro.

Ainda no sentido de contextualizar a cidade de Ouro Preto, Fernanda D. Ângelo (2009), constatou, em sua pesquisa que, 74% dos meios de hospedagem possuem de 5 a 19 unidades habitacionais por estabelecimento, o que realça que em sua maioria os estabelecimentos são de pequeno porte. A autora relatou que o município possui uma capacidade aproximada de 1.900 pessoas, sendo que em quase sua totalidade oferecem o café da manhã incluso, no sistema de *bed & breakfast*, porém apenas 43% dos estabelecimentos aceitam cartão de credito e apenas 17% recebem outras moedas como forma de pagamento (Euro e Dólar).

Para se ter uma idéia do nível de desenvolvimento do ramo hoteleiro no município de Ouro Preto, a cidade possui uma população, segundo senso do IBGE de 2000, de aproximadamente 69.495 habitantes, e há apenas dois meios de hospedagens da cidade cadastrados no site da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). Se comparado a outra cidade histórica e de grande visibilidade como Parati – RJ. Ouro Preto não se preocupa com o cadastramento e normatização dos seus estabelecimentos, pois a cidade carioca tem apenas a metade da população da cidade mineira, no entanto, se encontram cadastrados no site da ABIH seis meios de hospedagem localizados na cidade carioca.⁴

4.2. *Hotel Solar do Rosário: Gestão Hoteleira e Dinâmica Patrimonial*

Como foi dito anteriormente, o turismo se instalou na cidade de Ouro Preto na década de 1960, e começou a ganhar força devido a vários fatores relacionados com a valorização da cultura local, do conjunto arquitetônico e questões políticas. Para atender a essa demanda turística foram requeridos meios de hospedagem que começaram a surgir no município, com características semelhantes, de pequenas pousadas e com carência de mão-de-obra especificamente qualificada. Para aprofundar o conhecimento sobre os meios de hospedagem foi realizado um questionário com a gerência do Hotel Solar do Rosário, para que fossem constatadas algumas diferenças na forma de abordagem do patrimônio e na conscientização sobre sua venda e consumo.

⁴ Disponível em: <http://www.abih.com.br/>

O Solar do Rosário é um edifício do século XIX que foi totalmente reformado e reestruturado, conservando o estilo barroco, para se tornar um hotel. Passou por varias intervenções ao longo dos anos chegando a ser residência e até um mercado, mais depois de inúmeras tentativas finalmente em 1994 reabre suas portas com 41 apartamentos, centro de convenções, restaurante, piscina e área de lazer.

Em entrevista com a gerente do Hotel Solar do Rosário, Denise Niquini, pode-se constatar o respeito e conscientização que o hotel tem com relação ao patrimônio apropriado. A gerente narra ainda a preocupação durante a reforma do hotel com a história do lugar, onde foram consultados tanto o órgão responsável, como pessoas da comunidade para que todos os detalhes fossem levados em consideração. Ela demonstra conhecimento da utilização do patrimônio como fonte de renda e a importância do mesmo na movimentação de turistas na cidade.

É nesse sentido, que pode ser inserido o conceito de “hotel-patrimônio” e ainda transpô-lo em uma disposição teórica, pois envolve fatores identitários, políticas de preservação, comunidade local e turismo. Desta forma, este conceito pode ser capaz de reunir todos os elementos que formam um hotel, no qual, não se prioriza somente a aprimoração do atendimento e qualidade, mas também construções adequadas com os órgãos competentes do patrimônio cultural. Contudo, estariam relacionados nesta proposta os detalhes no atendimento e, principalmente, uma relação íntima com a cultura e a população local, integrando a comunidade e o seu legado, transparecendo esses fatores no hotel e em seus hóspedes. Destaca-se ainda que esta proposta pudesse abarcar uma discussão teórica e incluir os elementos práticos que fazem do cotidiano do patrimônio e de sua interlocução, sendo neste caso, os meios de hospedagem.

4.3 Dificuldades e Possibilidades do Uso Turístico no Patrimônio Cultural

Os usos turísticos do patrimônio geram inúmeras possibilidades e dificuldades, principalmente por ser um produto diferenciado e se encontrar enraizado normalmente em culturas ricas. Nessa esfera, Boniface (1995, p. 97) diz: “Para produzir uma situação que é comercialmente lucrativa para o consumidor, é necessário não apenas incentivar as pessoas a visitar uma localidade, mas também criar um ambiente no qual eles estão convencidos de que vale a pena pagar pela experiência”⁵.

⁵ To produce a situation that is commercially lucrative to a presenter, it is necessary not only to encourage people to visit a site but also to create an environment in which they are persuaded that it is worthwhile paying for the experience.

Como o turismo é basicamente uma atividade comercial que é dominada pelo setor privado e orientado para o lucro e/ou o desejo de governos para atingir objetivos econômicos, é imprescindível rememorar sempre ao valor de existência dos sítios históricos e sua possibilidade de interlocução com o turismo. Os órgãos, empresas e pessoas envolvidas no turismo cultural, devem sempre focar na relação simbiótica que pode existir entre o turismo e o patrimônio cultural, no qual o turismo é visto como complemento dos objetivos da gestão do patrimônio, em seu âmbito social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou elucidar primeiramente o conceito de patrimônio e sua evolução histórica, muito embora este não tenha sido o seu objetivo principal, sendo que foi possível verificar como surgiram as primeiras formas de reutilização do patrimônio edificado e suas delimitações. Foram esclarecidas também algumas questões relacionadas à preservação e conservação das localidades, que devem ser analisados cada caso isoladamente, levando em conta os fatores de cada região, lembrando sempre que eles devem estar ligados à ordem social e não somente ao turismo.

A valorização do patrimônio no cenário contemporâneo ganhou muito destaque nos últimos anos, criando um debate do uso turístico desse patrimônio e a troca existente entre esses dois setores. Assim sendo, para que não se perca a alma dos monumentos é imprescindível que o correto valor lhe seja associado e assim de sua conservação e restauração, sem que o mesmo perca suas características para que um espetáculo seja apresentado aos turistas. Qualquer tipo de mudança nesses ambientes tem que ser muito bem estudada para que os monumentos não percam sua essência sendo vistos de forma como nunca foram pensados. Movidos pela animação cultural e pela interatividade, o diálogo existente entre o visitante e o local fica inibido ou inexistente. Desse modo, a relação do patrimônio, comunidade local e turista, é delicada e tem de ser muito bem pensada para que nenhum dos lados saia prejudicado.

As reflexões acerca do uso do patrimônio pelo turismo nos levam a basicamente duas facetas. Na primeira, o turismo cultural se mostra como uma grande potência dentro do ramo, que vem crescendo cada vez mais, e se bem desenvolvido pode ainda proteger a localidade receptora de um impacto negativo causado pelo *trade* turístico. Por outro lado, o turismo muitas vezes coloca em risco o legado cultural, ameaçando a perda do patrimônio por influências da especulação imobiliária, aumento da população nos centros históricos, falta de gestão dos recursos, falta de políticas de preservação, entre outras. Esta é a visão dicotômica apresentada por muitos autores. É preciso estabelecer o diálogo teórico e cotidiano entre estas facetas.

No entanto, um grande empecilho para o desenvolvimento do turismo, juntamente com a preservação do patrimônio, é a visão que se tem de que turismo é um competidor e não um colaborador na preservação desse patrimônio. A cooperação vai ser possível somente quando os dois lados, tanto o turismo quanto a preservação e gestão do patrimônio conseguirem compreender os fatores que impulsionam uma a outra.

Por fim, para que o uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto ocorra com sucesso, o mesmo depende da boa vontade de ambas as partes para trabalhar juntas, compartilhando objetivos, para que todos saiam beneficiados dessa relação. É com a intenção de que essa meta seja atingida que essa pesquisa foi realizada, para que houvesse a compreensão dos legítimos interesses do patrimônio cultural no âmbito do turismo. Assim, espera-se que finalmente acabem os paradigmas existentes entre essas duas áreas, ou ao menos diminua razoavelmente, chegando a uma parceria amigável e profissional entre os dois lados. É importante que o passado enquanto usufruto do patrimônio esteja relacionado ao presente, com o qual o turismo cultural explora de diversas formas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNGELO, Fernanda D. *Gestão e Operacionalização dos Meios de Hospedagem em Ouro Preto – MG*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Turismo). Orientação do Prof. Ms. Leandro B. Brusadin. Departamento de Turismo. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

Associação Brasileira de Hotéis. Disponível em: <http://www.abih.com.br/>. Acesso em 09 de abril de 2010.

Associação de Hotéis Roteiros de Charme. Disponível em: <http://www.roteirosdecharme.com.br/>. Acesso em 09 de abril de 2010.

BANDUCCI Jr, Álvaro, BARRETTO, Margarita (orgs.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.

BARRETTO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural*. Campinas: Papirus, 2000

_____. *Cultura e Turismo: Discussões Contemporâneas*. Campinas: Papirus, 2007.

BOITO, C. *Ornamenti per tutti gli stili*. Milão, Hoepli, 1888.

BONIFACE, Priscila. *Managing Quality Cultural Tourism*. Londres: Routledge, 1995.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 2001.

Copa 2014. Disponível em:
<http://www.copa2014.org.br/noticias/2388/BAHIA+PREPARA+DUPLICACAO+DA+CAPACIDADE+HOTELEIRA.html>. Acesso em 10 de junho de 2010.

FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra. C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Modernidade versus pós-modernidade*. São Paulo: Arte em Revista, 1983.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, Tânia. *Rotas nacionais: fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto*. In: BANDUCCI, Jr. BARRETTO, Margarita. *Turismo e identidade local: Uma visão antropológica*. Campinas, SP. Papyrus, 2001.

MARTINELLI, José C. *O que é hotelaria e por que ela é importante para o turismo*. In: TRIGO, Luiz Gonzaga G. *Turismo: Como Aprender, Como Ensinar*. 1ª Edição, São Paulo: SENAC, 2001

MARTINS, Clerton. *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Rocca, 2006.

MCKERCHER, Bob, DU CROS, Hilary. *The partnership between tourism and cultural heritage management*. Nova Iorque: Haworth Press, 2002.

MENEZES, José Newton Coelho. *História e turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORRIS, W. "The Restoration of Ancient Buildings", *The Builder*, 28 de dezembro de 1878.

NORDIER, C. & TAYLOR, I. J. S. *Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France*. Paris, Gide fils, 1820-1863. 23 v.

OURIQUES, Helton R. *A produção do turismo: feitichismo e dependência*. Campinas: Editora Alínea, 2005.

PELEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, Cultura e Turismo*. 7ª Edição, Campinas: Papyrus, 2001.

PINSKY, Jaime, FUNARI, Pedro Paulo. (orgs.) *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2005. 4ª. edição.

PORTUGUEZ, Anderson P. *Turismo, Memória e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Roca, 2004.

Programa Monumenta. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?p=65>. Acesso em 06 de junho de 2010.

Raios-X Hotelaria. Disponível em:
http://www.raioxhotelaria.com.br/raioxnamidia_ver.php?cod=71. Acesso em 10 de junho de 2010.

Rede de Hotéis Solares de Portugal. Disponível em: <http://www.solaresdeportugal.pt/PT/index.php>. Acesso em 20 de maio de 2010.

RIEGL, A. *Der moderne Denkmalkultus*. Viena, 1903; trad. Fr. D. Wiczorek, *Le Culte moderne des monuments*. Paris, Le Seuil, 1984; *Questions de style*, trad. Fr. S. Muller. Paris, Hazan, 1992; *L'Origine de l'art baroque à Rome*, trad. Fr. H. A. Baatsch & F. Rolland. Paris, Klincksiek, 1993.

RODRIGUES, Marly, *Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo*. In: FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra. C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

RUSKIN, J. (Conferência) “*On the Destructive Character of Modern French Restoration*”. *The Builder*, 22 de junho de 1861.

Site da UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/brasil>. Acesso em 29 de maio de 2010.

Site do Iphan. Disponível em: www.iphan.gov.br/. Acesso em 29 de maio de 2010.

TILDEN, Freeman. *Interpreting our heritage*. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 1977.

TRIGO, Luiz Gonzaga G. *Turismo: Como Aprender, Como Ensinar*. 1ª Edição, São Paulo: SENAC, 2001

VIOLLET-LE-DUC, E. *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI au XVI siècle*. Paris, Morel et Co., 1854-1868.